



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 1072/06	DATA: 04/09/06
INÍCIO: 17h34min	TÉRMINO: 18h54min	DURAÇÃO: 01h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h19min	PÁGINAS: 22	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUÍS FERNANDO CORRÊA - Secretário Nacional de Segurança Pública.
MÁRCIO PAULO BUZANELLI - Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN.
GERALDO JOSÉ DE ARAÚJO - Superintendente Regional da Polícia Federal do Estado de São Paulo.
RAUFI ANTÔNIO JACCOUD MARQUES - Secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO: Debate sobre ações para combate ao crime organizado.

OBSERVAÇÕES

Há falha na gravação.
Há palavra ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço a presença de todas as autoridades. Estamos aguardando um pouco e dentro de 8 minutos, aproximadamente, daremos início à reunião. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, dou início à reunião.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar todas as autoridades federais e estaduais que estão aqui hoje conosco, com o objetivo único de combater uma organização criminosa, e desde já agradecer a boa vontade de todos no combate a essa organização.

O intuito principal da reunião de hoje é integrar esforços, justamente, e trocar experiências. Aquelas que puderem ser públicas, nós ouviremos em reunião pública. E poderemos, posteriormente, fazer uma reunião reservada, em que poderemos planejar alguma integração nesse sentido.

Mas eu tenho alguns protocolos para seguir antes de dar continuidade... Informo que foram colocados à disposição desta CPI o delegado de Polícia Federal Emerson Gonçalves de Aquino. Quero fazê-lo bem-vindo ao quadro desta CPI. Também nos foram disponibilizados o delegado Victor Antônio Lopes, o escrivão de Polícia Federal Francisco Carlos Breus e o agente de Polícia Federal Eduardo Remus Cidreira. Que conste em ata que eles já se apresentaram perante esta CPI.

Gostaria de convidar as autoridades. Gostaria que todos fizessem parte da Mesa, mas isso não é possível. Então, convidamos o Diretor-Geral da ABIN, Dr. Márcio Paulo Buzanelli; o Dr. Geraldo José de Araújo, representante do Ministro da Justiça; o Dr. Luís Fernando Corrêa, Secretário Nacional de Segurança Pública, que me informou que está em deslocamento para cá. *(Pausa.)*

O Dr. Luís Fernando Corrêa acaba de chegar. Por favor. *(Pausa.)*

Sejam bem-vindos também os Presidentes do Conselho Nacional da Polícia Militar e do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil. Podem sentar-se.

Estão presentes o Dr. Edemundo Dias de Oliveira Filho, Secretário de Estado de Justiça de Goiás; o Dr. João Kopytowski, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná; o Dr. Roberto Precioso Júnior, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; o Sr. Pedro Luiz Berwanger, Subsecretário de Inteligência; da Subsecretaria de Administração Penitenciária de Minas Gerais, o Dr. Wagner Cabral, Diretor de Inteligência Penitenciária, e a Sra. Simone Campos,



Coordenadora de Análise e Inteligência; o Dr. André Estevão Ubaldino Pereira, conhecido nosso, Procurador de Justiça da Coordenação do Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado do Estado de Minas Gerais; o Dr. Raufi Antonio Jaccoud Marques, Secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul; o Dr. Luiz Carlos Teles Júnior, Diretor-Presidente da Agência de Administração do Sistema Penitenciário; Luiz Sergio da Silva, Coordenador do Serviço de Inteligência; Alysio Franco de Oliveira, Superintendente de Políticas Penitenciárias; do Departamento Penitenciário Nacional, temos o Dr. Maurício Kuehne, Diretor-Geral, e Wilson Salles Damázio, Diretor do Sistema Penitenciário Federal.

Estão aqui também o Dr. Mauro Viveiros, Procurador de Justiça, representante do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; o Dr. Paulo Gomes Júnior, Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e de Investigações Criminais, do Ministério Público do Estado da Bahia; o Dr. Wilson da Silva Dias, Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais, representante do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; o Sr. Athos Costa de Faria, Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal; o Dr. Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; o Dr. Manoel Ferreira de Almeida Neto, Delegado-Geral do Estado do Maranhão; o Dr. Mauro Henrique Renner, Subprocurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, representando o Ministério Público desse Estado; representando o GAERCO de São Paulo, o Dr. André Luís Felício; da Secretaria de Defesa do Estado de Pernambuco, a Dra. Aída Maria Albuquerque Henrique.

Depois, peço à Secretaria, uma vez que acho que alguns nomes não estão colocados, que pegue esses nomes.

A Dra. Catarina Cecin Gazele, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, está aqui conosco também.

Agradecemos a presença de todos.

Eu considero esta reunião de suma importância.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que esta CPI tem tido, por parte das autoridades federais e estaduais, todo o apoio. Temos recebido apoio integral do Ministério da Justiça, da ABIN, do Departamento de Polícia Federal, das Secretarias dos Estados, das administrações penitenciárias.



A nossa CPI está em fase de conclusão. Eu não poderia concluir esta CPI sem fazer esta reunião, por uma razão especial: durante a CPI, ficou muito nítido para nós que a maior organização criminosa, hoje, no tráfico de armas, que era mais o assunto da CPI, no País, é o PCC. Inclusive, por tudo o que nós vimos, é quem mais tem importado armas, é quem mais tem distribuído armas, enfim, é uma organização, nesse sentido, para a nossa CPI, número 1 de necessidade de combatê-la.

Vimos, durante a CPI — depois vou dar a palavra ao Relator e aos membros da CPI que quiserem falar —, que o PCC, infelizmente, se alastrou por vários Estados do País. Não ficou exclusivamente em São Paulo. Para nós até... Sei que para o povo de São Paulo sempre é terrível, mas seria muito melhor se a gente tivesse constatado que ele tinha ficado ali nos limites do Estado de São Paulo. Mas infelizmente não ficou. Inclusive, essas últimas ações são provas de como ele se alastrou pelo País todo.

A preocupação — não é do Presidente da CPI, mas sim de todos os componentes da CPI e de várias testemunhas que aqui estiveram falando também, várias autoridades — é com a necessidade de se integrarem os esforços para sufocar essa organização no País todo. Logicamente, a CPI não vai ser o fórum adequado. Eu acho que dentro do Ministério da Justiça, na Secretaria Nacional, em conjunto com o Departamento de Polícia Federal, poderíamos ter, aí, um fórum. Isso seria um dos debates que faríamos para ter, de repente, uma vez por mês, uma avaliação de como está esse... Mas, na verdade, queremos ouvir as sugestões. Estou partindo de algumas premissas, mas queremos ouvir as sugestões de como poderíamos fazer, de forma integrada, esse combate.

Claro que sei que muitas coisas têm que ser compartimentadas. Em um grupo grande, pode esfacelar uma investigação, mas existe a troca de experiências que não estão aí, vamos dizer assim, bloqueadas pela “compartimentação”, e essa integração seria importante.

Então, pretendo fazer uma parte pública preliminar da reunião e continuar esta reunião amanhã, talvez até com uma parte reservada, para que possamos falar com mais tranquilidade e dentro do limite que as operações nos permitem.

Então, há essa troca de dados, essa troca de informações. O objetivo é que, ao término da CPI, nós possamos ver a sociedade organizada para combater o PCC



da melhor maneira possível. Sei que temos alguns Estados que já evoluíram mais nesse combate e outros estão ainda nas preliminares desse combate. E eu acho que quanto mais fracos estiverem os tentáculos do PCC no Estado, com a experiência dos Estados que já o combateram, já conseguiram sufocá-lo... Quem sabe fica mais fácil até de evitar que aquele tentáculo fique muito mais forte, se robusteça e passe a ser uma célula forte do PCC?

Não vou falar muito sobre a organização do PCC. Prefiro falar na parte reservada, depois, o que levantamos em termos de saber qual a logística que o PCC tem, qual o planejamento operacional que ele tem, qual a inteligência que ele tem, qual o respaldo para essa logística — tem que ter o respaldo financeiro —, que tipo de respaldo financeiro, como esse respaldo financeiro atua.

E gostaria... Eu não vi ninguém ligado ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central. Talvez fosse interessante que amanhã — ouviu, Dr. Manoel? — pudéssemos convidar também, porque eu acho que essa parte financeira é fundamental. Eu vi que já existem algumas iniciativas nesse sentido, e isso é importante.

Vou conceder a palavra ao Relator e depois vou passá-la aos componentes da Mesa. Vamos tentar, então, dar seguimento aos trabalhos. Quem quiser se inscrever para fazer alguma consideração preliminar pode fazê-lo, sabendo que amanhã debateremos realmente a ação propriamente dita: como faríamos essa ação, como ela teria uma continuidade ao longo do enfrentamento, até que toda a organização fosse sufocada, que é o nosso objetivo. E é um objetivo que, infelizmente, como CPI, nós não vamos ver. Mas espero, como Parlamentar, poder ver essa organização totalmente sufocada e sem o poder de logística que hoje ela tem e o poder de enfrentamento que infelizmente ela tem também.

Essas seriam as considerações preliminares.

Passo a palavra ao Relator. Pergunto depois. O Dr. Manoel vai ter uma lista de inscrição para os Deputados. Temos o Vice-Presidente, o Dr. Neucimar, também. Peço só que façamos observações breves, para que possamos mais ouvir do que falar.

Com a palavra o Relator, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito obrigado, Presidente.



Quero, na pessoa do nosso Presidente, saudar os demais colegas Deputados presentes a esta reunião; e na pessoa do Delegado Luís Fernando Corrêa, o nosso Secretário Nacional de Segurança Pública, saudar os demais componentes da Mesa; e na pessoa do Dr. Mauro Renner, nosso Subprocurador do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, saudar as demais autoridades dos diferentes Estados e instituições de todo o País, que acolheram o nosso convite.

Serei bastante objetivo.

Creio que a sociedade brasileira está vivendo um momento que poderia ser caracterizado como uma encruzilhada. Os episódios que ocorreram, inclusive no período mais recente, são absolutamente elucidadores de que nós precisamos alterar alguma coisa em termos de capacidade e eficiência do Estado brasileiro no combate ao crime organizado, seja em função dos episódios ocorridos no Estado de São Paulo e em outros Estados da Federação, seja em função do episódio recente ocorrido lá em Porto Alegre, na semana passada, que revelou a todos o nível de sofisticação e de organização dessas organizações criminosas, que talvez, inclusive, resolvam de maneira categórica uma polêmica que eu caracterizo como excessivamente teórica, do ponto de vista semântico, da existência ou não do crime organizado no Brasil. Se isso a que assistimos no último período não é crime organizado, se não temos condições, em função de tudo a que estamos assistindo, de tipificá-los de maneira categórica como crime organizado no País, em função do próprio seqüestro do jornalista, ocorrido no Estado de São Paulo...

Mais recentemente me chama muito a atenção uma grande apreensão de armas e munição ocorrida no mês de agosto, na fronteira do Paraguai, e agora, ontem, essa grande apreensão de armas e munições ocorrida em Pedro Juan Caballero. Evidentemente, a própria investigação desenvolvida pela Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai e as autoridades brasileiras que acompanham esse trabalho revela com clareza, de maneira cristalina, que esse arsenal destinava-se às organizações criminosas, especialmente para o Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Estima-se em 1 milhão e 200 mil dólares, numa primeira análise, o montante de armas e munições apreendidas; armas de grosso calibre, pistolas, carabinas automáticas, fuzis automáticos, escopetas, enfim, um verdadeiro arsenal.



Isso, do meu ponto de vista, é revelador de que as ferramentas, o mecanismo que temos hoje à disposição das autoridades, sejam elas no âmbito do Poder Executivo, nas Polícias Cíveis e Militares, no âmbito do Ministério Público, do Poder Judiciário ou do sistema penitenciário, são absolutamente insuficientes para dar conta da complexidade desse fenômeno diante do qual a sociedade brasileira está desafiada a fazer alguma coisa.

Então, acho que a nossa CPI, evidentemente, não pode ir muito além daquilo que é a sua prerrogativa, mas pode ser um elemento importante no sentido de catalisar na sociedade brasileira um debate que acelere tomadas de decisões que tenham por finalidade exatamente isto: capacitar e dar as condições para que as diferentes instituições que atuam na área da segurança pública, especialmente no combate ao crime organizado, possam, de maneira plena e eficiente, realizar a sua missão e a sua tarefa.

Então, creio que esta reunião tem uma característica muito especial. Para nós, ela é decisiva com relação à perspectiva de futuro do nosso trabalho.

Conheço vários dos senhores aqui presentes e sei que temos hoje a oportunidade de ter aqui, nesta sala, talvez boa parte das principais autoridades, profissionais, muitos que, por opção, fizeram a escolha de atuar numa área tão delicada e difícil como essa, onde, não raramente, os próprios colegas evitam uma lotação, uma designação para atuar num tema como esse.

Então, nós temos hoje, aqui, eu diria, uma força dirigente de elite do País. Se ela atuar de maneira articulada, conjunta e tiver as condições orçamentárias e funcionais adequadas, tenho certeza de que poderemos multiplicar a nossa capacidade, a nossa eficiência naquilo que cada um, dentro das suas prerrogativas e do seu papel, vem procurando fazer, porque tenho certeza de que todos nós remamos na mesma direção, que é dotar o País de uma realidade que dê mais paz, tranquilidade e segurança para todos.

Então, sejam todos muito bem-vindos.

Eu estou à disposição dos senhores, como Relator, para acompanhar todo o trabalho.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Neucimar Fraga.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Parlamentares, nós também ficamos bastante felizes com a presença das autoridades, pois sabemos da importância do debate que será feito aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu não sei em outras ocasiões, mas em 3 anos e meio de mandato é a primeira oportunidade que eu tenho de ver sentadas, participando de um mesmo debate, autoridades que, com certeza, trabalhando com informações integradas, terão responsabilidade muito grande no combate ao tráfico de armas e drogas e na contenção do avanço da violência também em nosso Brasil.

Os representantes dos Estados, com certeza, conhecem um pouco da realidade de cada Estado, e todos nós já sentimos o efeito da atuação dessas facções criminosas em nossos Estados. O pânico, o terror que tem levado aos Estados a atuação do PCC, que parou a maior cidade do Brasil, uma das maiores cidades do mundo, aliás, que parou o Brasil, com certeza, está fazendo também com que as autoridades reflitam sobre as alternativas e atitudes a serem tomadas, para que nós possamos nos organizar para vencer o crime.

É comum a gente até ler nas colunas de alguns analistas que fazem conjunturas políticas e de país a respeito da desorganização do Estado face à organização do crime. Acredito, como disse o nosso Presidente, Deputado Moroni Torgan, que há necessidade de nos organizarmos, de trocarmos informações.

A gente percebe, também durante os trabalhos feitos pelo CPI, que, muitas vezes, as disputas, as vaidades que existem entre as instituições, atrapalham o combate ao crime. Enquanto as instituições, muitas vezes, batem cabeça, querendo mais de uma ser o pai das operações, das investigações, das soluções, o crime se organiza e avança sobre o Brasil.

Esta CPI tem um papel muito importante. A participação de todos aqui, eu acredito, é fundamental para que nós possamos abrir esse debate, começar a discutir com quem entende do assunto, com quem acompanha o assunto, com quem tem vontade de ajudar o Brasil. Acredito que cada um aqui representa a vontade do povo desta Nação de conter o avanço da violência, para que nós possamos preparar um País melhor para nossos filhos e para nossos netos.

Eu acredito, Presidente, que esta iniciativa da CPI é importantíssima e acredito que daqui nós poderemos ter efeitos que poderão aparecer no fechamento



do relatório, com propostas concretas, que vão orientar — quem sabe? — até uma forma de termos um pacto no Brasil no combate ao crime organizado, de modo que o Estado possa assumir de fato essa questão e que o combate ao crime organizado seja realmente uma questão de Estado e não uma política de Governo, uma política partidária, com propostas mirabolantes, mas seja uma questão de Estado para que nós possamos enfrentar o problema.

Acredito que dessa forma nós enfrentaremos o crime organizado. Isso acontecerá quando todos estivermos todos cientes da responsabilidade que cada instituição tem — os 3 Poderes, a sociedade organizada e as ONGs — no combate a violência. Com certeza isso vai ser importante.

Por isso, eu parablenizo o Presidente da CPI por proporcionar à sociedade brasileira este encontro com representantes do mais alto nível dos Estados onde o PCC já está atuando e daqueles que estão aqui também se preservando para impedir que o PCC possa atuar com mais firmeza, como está atuando hoje em alguns Estados.

Portanto, eu quero agradecer, em nome do Congresso Nacional, em nome da Câmara Federal, a presença de todos os senhores que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, eu serei bem breve, Sr. Presidente, porque nós estamos aqui muito mais para poder ouvir. Além disso, a CCJ já está em atividade, e eu preciso apresentar um relatório lá, hoje.

Mas eu quero dizer que fico muito contente e satisfeito com a participação que todos nós tivemos nesta Comissão.

Apesar de todas as dificuldades que a Câmara dos Deputados possa estar sofrendo, nós estamos exercendo nosso papel.

Esta Comissão conduziu de forma absolutamente adequada um tema como este. Eu acredito que fomos uma das poucas instituições a, no momento em que o crime organizado mais apareceu, mais foi intenso no Brasil, estar presente em todas as circunstâncias, em todos os momentos, numa avaliação que eu acho extremamente necessária, para que nós venhamos a ter uma ação de Governo cada vez mais intensa.



Eu acho, Sr. Presidente, que essas autoridades e pessoas que aqui estão hoje são aquelas que podem contribuir para que, no relatório final desta CPI, nós possamos ter as melhores indicações. Nós não somos policiais. Somos Deputados. Queremos aprender e sugerir que mudanças possam ser feitas em todos os Poderes.

Então, uma ação integrada contra o crime eu acho que é extremamente necessária e importante, Sr. Presidente. Entender que nos Estados as relações com as Polícias Militares e Cíveis precisam ser muito mais bem instrumentalizadas é necessário. Há um fosso em vários Estados, a exemplo da Bahia, com relação a questões salariais muito graves, que precisam ser também enfrentadas de imediato. Não dá para termos policiais de primeira e de segunda categoria, policial que ganha mais na Capital e menos no interior. E é preciso haver uma integração melhor com a Polícia Rodoviária Federal — que não consegue nem falar diretamente com os carros deles próprios, porque o sistema de comunicação é altamente ineficiente — e com as Polícias Cíveis e Militares nos Estados.

Na minha cidade, Feira de Santana, não se consegue fazer uma necropsia minimamente conclusiva — aconteceu com uma pessoa muito amiga nossa, no sábado —, porque nossas condições são muito ruins. Há, ainda, as questões de identificação datiloscópicas, que são muito precárias, bem como as questões de comunicação e de informações no País, que são muito ruins, e é preciso que sejam feitas de uma forma muito mais competente.

Eu entendo, Sr. Presidente, que este, talvez, seja, neste momento, um grande passo que possamos dar em nossa contribuição.

Fui designado por V.Exa., como membro desta CPI, para estar em algumas dessas fronteiras e vi as dificuldades, presenciei-as. Enviamos, Sr. Presidente, há mais de 6 meses, um pedido de informações sobre um assalto que ocorreu, em fevereiro deste ano, na ponte que separa Uruguiana e Paso de los Libres, e até agora não tivemos uma informação sequer. Trabalhamos muito duramente com relação a essa questão de lavagem de dinheiro e sobre isso, diga-se de passagem, vejo informações tão importantes que neste momento estão sendo colhidas. Mas vejo também ações da polícia paraguaia.

Acabei sendo localizado nesta semana — não conseguiram localizar V.Exa., Deputado Moroni Torgan, que estava menos fácil de ser alcançado do que eu — e



falei para uma emissora do Uruguai. Voltam aquelas discussões com relação à participação de militares de outros países.

Enfim, acho que nós estamos cumprindo, com respeito aos países vizinhos, o nosso dever.

Estou aqui, Sr. Presidente, para contribuir e aprender mais ainda, entendendo que não só o crime organizado tem que ser melhor enfrentado, mas o crime como um todo, integralmente, no Brasil todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Deputado Colbert Martins.

Eu vejo as suas aflições, que acho são de todos, sempre. Mas quero dizer que o objetivo fundamental também vai ser nós estabelecermos uma rotina para a troca de informações entre todo o País, a qual permita abafar o crime organizado.

Passo a palavra ao Secretário Nacional de Segurança Pública, Luís Fernando Corrêa.

O SR. LUÍS FERNANDO CORRÊA - Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan, nosso colega da Polícia Federal também; Vice-Presidente, Deputado Neucimar; Deputado Pimenta, Relator; demais Parlamentares; Secretários, os quais saúdo na pessoa do General Athos; nosso amigo Raufi; Dr. Precioso, do Rio de Janeiro; colegas das Secretarias; colegas e amigos como Mauro Renner, do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Geraldo, colega Superintendente da Polícia Federal em São Paulo; Diretor da ABIN, Dr. Márcio Buzanelli, que tem sido grande parceiro, saúdo a todos.

Saúdo, ainda, os policiais civis, militares e federais presentes aqui. Saúdo os policiais militares na pessoa do coronel Edson Souza, Presidente do Conselho Nacional dos Comandantes de Polícia Militar, e os policiais civis, na pessoa do Dr. Roberval Davino da Silva, Diretor-Geral da Polícia Civil de Alagoas e Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, os quais estavam reunidos conosco na SENASP para tratar exatamente disso, integração, e gentilmente estão nos acompanhando nesta reunião.

Espero que tenha saudado a todos.

A Secretaria também vem apoiando esta CPI desde o início. A Secretaria é um órgão inserido no Ministério da Justiça, onde está...



Não saudei o meu amigo Maurício Kuehne, do Departamento Penitenciário; e também o colega Damázio, que lá está junto conosco, no Ministério.

Já estamos num processo de enfrentamento desse problema, desde que as crises estão sucedendo. Mas é importante nós entendermos o seguinte: que as crises pontuais de hoje são conseqüências de anos e anos. E, quando se fala no passado, não é para fugir de responsabilidade nem transferi-la, de modo simplista, para Governos anteriores. A questão é que o País não se mobilizou frente a esse tema como se mobilizou para outras tantas questões. É preciso mobilização.

O papel da CPI passa necessariamente por isso. Quando a CPI chama um tema desse, com certeza desencadeia um processo de mobilização, inclusive, na sociedade. É por isso que nós estamos aqui.

Buscar a integração é obrigação, é função institucional da Secretaria Nacional. Aqui há colegas que me conhecem há muito tempo. O próprio Deputado Paulo Pimenta já nos teve como técnico apoiando outra CPI e sabe que o enfrentamento dessas organizações requer essa mobilização e o quanto é importante o Legislativo fazer parte disso.

Como eu dizia, a Secretaria tem o papel de buscar a integração. A finalidade precípua dela é buscar a integração. Buscar a integração no aspecto conceitual, a partir de políticas públicas, estabelecer relações entre Município, Estado e União e fomentar a integração entre as instituições. Isso nós estamos tentando fazer e estamos fazendo, buscando, em cada uma das áreas especializadas, mobilizar os especialistas estaduais nesse setor, em cada um dos setores.

Notadamente, aqui, para o enfrentamento de uma organização criminosa que já demonstra atuar em vários Estados, fica claro que a mobilidade da Polícia Federal é uma boa resposta. Basta que se veja as operações dos últimos dias e tantas outras operações passadas também que já obtiveram sucesso.

Agora, nós precisamos também, na condição de Secretaria Nacional, dotar os Estados de capacidade de inteligência bem próxima, senão igual, à da Polícia Federal. Sem esse instrumento do tratamento da inteligência em segurança pública para produzir prova contra as estruturas de organizações criminosas, nós não vamos avançar. Mas também isso não se faz do dia para a noite, nem se faz no improviso. Esse assunto está sendo tratado, por exemplo, com um curso de especialização de mais de 430 horas, com a Universidade do Mato Grosso do Sul, onde nós estamos



capacitando 144 agentes estaduais, utilizando a experiência nossa, particular, nessa área de inteligência da Polícia Federal, e as melhores práticas também de agentes estaduais, socorrendo-nos, inclusive, da ABIN, que faz parte também do quadro de instrutores, e também dos colegas de referência das polícias estaduais.

Para que isso tudo? Para fixar um padrão doutrinário na área de inteligência em segurança pública que permita esse diálogo entre as diferentes esferas. De nada adianta nós dotarmos de equipamentos os Estados, sem capacitá-los para tratar essa inteligência adequadamente.

Dentro dessa linha, com certeza, vai falar — com mais propriedade, até, em razão da função — o Dr. Geraldo. Em São Paulo, ele é Superintendente da Polícia Federal e tem acompanhado as reuniões nas quais o Ministério da Justiça, em parceria com o DEPEN, está apoiando a Secretaria Estadual de Segurança e de Administração Penitenciária no trato das questões de inteligência, não só apoiando operacionalmente, mas também na capacitação de agentes nessa área. Assim, foi acordado numa das reuniões passadas que, além do apoio operacional dos órgãos especializados, como o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional — DRCI, o COAF, a própria Polícia Federal, com a sua inteligência e seus analistas, também nós iríamos propiciar o treinamento de agentes estaduais para que possam operar nas mesmas condições que a Polícia Federal.

O que nós precisamos, então, é consolidar, e para isso não adianta somente o curso. Nós precisamos de curso e precisamos de prática. Precisa desenvolver a prática, essa interação com o Ministério Público e o Poder Judiciário, para que esses agentes de inteligência produzam um conhecimento, mas que esse conhecimento se transforme em prova efetivamente, porque senão nós vamos buscar informações, faremos prisões e pouco dano na estrutura dessas quadrilhas nós vamos causar, que é esse o objetivo.

E, para se falar em inteligência, nós temos que capacitar esses agentes para que eles tenham condições de identificar a estrutura nas suas diversas faces, e o Estado, então, fazer um trabalho de fôlego, de enfrentamento, em cada uma das facetas desse crime para que realmente a sua estrutura seja abalada de modo a inviabilizar a sua atividade.

O nível de mobilização entre a União e o Estado de São Paulo em torno dessa questão atualmente é perfeito. Houve — isso foi público — algumas questões



na esfera política, mas, no campo da prática, no campo técnico, a relação se manteve boa. Nós confiamos muito na capacidade dos colegas de São Paulo, na área de inteligência da Polícia Civil, no enfrentamento por parte da Polícia Federal e na posição firme do Governo do Estado nesse momento, o que permitiu o avanço nessa boa relação de aproximação. Desse modo, nós inauguramos uma relação que tende a qualificar cada vez mais os colegas do Estado de São Paulo e também buscarmos experiências que só eles têm.

Particularmente, Presidente, nós já enfrentamos essa quadrilha no Rio Grande do Sul. Foi o último inquérito que nós fizemos antes de assumir (*falha na gravação*) que permite, neste momento, transferir essa capacidade, capacitando os colegas, para que haja uma interação. Só vai haver inteligência, nesse caráter de integração entre todos os Estados, quando o padrão doutrinário e técnico se aproximar efetivamente nas diferentes esferas. E é isso que nós estamos buscando. Como eu disse, não se faz do dia para a noite, mas já é um número significativo de colegas estaduais que, repito, num curso de mais de 400 horas, está sendo treinado, na parte teórica e prática, no trato dessa inteligência.

Nessa linha, também estamos preparando uma montagem de um centro de inteligência no Rio de Janeiro, na sede da Secretaria, em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, e que funcionará também como escola para as forças estaduais. Dará suporte aos Jogos Pan-Americanos e funcionará permanentemente como escola de inteligência, além de auxiliar na casuística local no Estado.

São infra-estruturas, em linhas gerais, sobre as quais eu estou discorrendo aqui, e eu acho que, no transcorrer do debate, nós podemos avançar. Mas desejo mostrar que nós não temos outra ferramenta senão inteligência, mas inteligência qualificada, para esse enfrentamento.

E sobre o poder de fogo demonstrado por eles... Hoje, nessa reunião que tínhamos com o Conselho de Comandantes e o Conselho de Chefes de Polícia Civil, dissemos que somente o número de profissionais de segurança no Brasil, se nós colocarmos 10% mobilizado e capacitado, nós temos condições de enfrentar qualquer organização no País. O que precisamos é de mobilização. E isso está avançando. Basta ver a presença aqui dos 2 representantes das instituições policiais civis e policiais militares e do Corpo de Bombeiros do Brasil, as quais estão na busca dessa integração. E esses temas estão sendo discutidos constantemente com eles,



considerando a gravidade do momento, a possibilidade da presença dessas organizações em qualquer Estado, independentemente daqueles Estados já notórios, e que nós devemos tratar isso com cuidado. E essa informação tem que ser produzida localmente ou para um Estado que tenha um maior controle da organização. E isso só se dá numa rede de confiança, onde todos se relacionem num grau de profissionalismo, dentro de um padrão doutrinário.

É isso que o nós entendemos vai permitir antecipar ações em outros Estados, como a Polícia Federal tem demonstrado.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado.

Vou passar a palavra para o Dr. Márcio Paulo Buzanelli, Diretor-Geral da ABIN, e depois para o Dr. Geraldo José de Araújo.

Agradecemos muito a sua presença.

O SR. MÁRCIO PAULO BUZANELLI - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan; Sr. Vice-Presidente, Deputado Neucimar; Sr. Relator, Deputado Paulo Pimenta; Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Luís Fernando; Dr. Geraldo, aqui representando o Ministério da Justiça; Srs. Secretários e Secretárias; policiais civis; companheiros do Ministério da Justiça aqui presentes; companheiros do Ministério Público, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público do Estado de São Paulo aqui presentes, saúdo a todos.

Quero manifestar a nossa satisfação por estar aqui participando deste evento tão importante.

A Agência Brasileira de Inteligência, como órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, vem desenvolvendo atividades de acompanhamento, na área que lhe compete, com relação a esse fenômeno da criminalidade organizada, à violência em São Paulo e a essa organização em particular.

Nos eventos que se seguiram às 3 ondas de violência, nós, assim como outros órgãos federais, sob a presidência do Sr. Ministro da Justiça, estamos participando de um conjunto de ações implementadas pelo Ministério da Justiça e pelo Gabinete de Segurança Institucional. Alcançamos um nível de integração bastante efetivo, particularmente no que concerne à conquista da confiança, como aqui já citada, como alicerce fundamental para que haja um efetivo intercâmbio de dados e de conhecimentos que é básico em termos de inteligência.



Nesse contexto também, a Agência Brasileira de Inteligência estabeleceu, com base na sua Superintendência Estadual de São Paulo, o Centro de Inteligência de São Paulo, iniciativa bastante efetiva e que contou e vem contando com a participação de órgãos federais e estaduais: a Polícia Federal, outros órgãos do Ministério da Justiça, Departamento de Recuperação de Ativos, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda, as Polícias Civil e Militar do Estado de São Paulo, os 3 Centros de Inteligência Militares, o Ministério Público do Estado de São Paulo, que vem dando uma contribuição altamente efetiva a esse esforço, e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

Como já foi dito pelo Secretário Luís Fernando, nós temos demonstrado que, no âmbito técnico, a interação é efetiva, total e permanente. Há um perfeito entendimento, há uma integração de esforços e, o que é importante em termos de inteligência, a troca, o intercâmbio de dados e conhecimentos flui com rapidez e oportunidade.

Hoje posso dizer que, em função desse esforço desenvolvido, nós temos uma capacidade maior de prevenir e neutralizar ações como as ocorridas em maio, julho e agosto. Não temos ainda o conhecimento total; não temos uma capacidade absoluta de prevenção e neutralização, mas estamos muito próximos. Em função disso, a confiança, como eu disse, o amálgama fundamental para a construção desse edifício, que é a integração de esforços entre Estado e União, vem sendo conduzida de maneira a mais positiva possível.

Portanto, eu quero aqui agradecer o convite que a Comissão fez para a ABIN estar presente aqui. E ela está presente em iniciativas como esta. Nós consideramos o Congresso Nacional e, em particular, esta Comissão uma caixa de ressonância perfeita para que ações produtivas, em termos de inovações, nos campos administrativo e legal sejam introduzidas de maneira a tornar mais efetiva a ação do Estado — Estado União, Estado Federação — no combate a essa forma de crimes e de organização.

Uma série de inovações é necessária, e nós estamos esperançosos que, contribuindo para a redação do relatório da Comissão, nós estejamos avançando no sentido de convencer as autoridades, o Governo, o Poder Público de que mudanças são importantes. Mudanças em vários aspectos: mudanças no aspecto legal,



inovações, modificações, modernização e mudança nos aspectos administrativos relativos à questão.

A ABIN — Agência Brasileira de Inteligência, se diz presente, se apresenta para participar desse esforço coletivo e integrado e muito agradece a oportunidade de estar aqui, neste momento, falando a todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Diretor.

Concedo a palavra ao Dr. Geraldo José de Araújo, representando aqui o Ministro da Justiça.

O SR. GERALDO JOSÉ DE ARAÚJO - Deputado Moroni Torgan, Srs. Parlamentares, pouco teria a acrescentar ao já aduzido pelo Secretário Nacional de Segurança Pública e o colega da ABIN.

Em julho, é sabido que o Governo Federal, através de seus órgãos, e o Governo do Estado de São Paulo efetivaram o Gabinete de Gestão Integrada, coisa que informalmente já vinha ocorrendo no nível da esfera policial.

Sr. Presidente, as polícias não têm dificuldade de conversar, seja ela militar, civil, federal. Essa ajuda já vinha, cada um dentro das suas atribuições e dentro das suas possibilidades, trocando informações e até realizando operações conjuntas. É lógico que a Polícia Federal hoje dispõe de um bom serviço de inteligência, mas não tem tropa. Então, essa parceria é fundamental.

Lembro o Sr. Relator que há questão de 2 semanas houve outra apreensão de centenas de armas na fronteira Brasil/Paraguai, especialmente em Pedro Juan Caballero, fruto de um trabalho conjunto entre a Polícia Federal e a polícia paraguaia. Então, são 2 grandes apreensões. A Operação Grade, recentemente deflagrada em São Paulo e Mato Grosso, também redundando na apreensão de armas, e não expressivamente pela quantidade, Sr. Presidente, mas pela qualidade e muita munição. E vai chegar ao ponto que essas facções criminosas não terão necessidade de armas mais, a exemplo da guerrilha colombiana, e sim, de munição. De armas, pelas quantidades apreendidas, dá para vislumbrar que estão até abastecidos. Essa Operação Facção Toupeira, que foi desenvolvida em 10 Estados, na última sexta-feira, bem demonstra isso. Porto Alegre ficou em evidência por que foi lá que os cidadãos foram pegos entrando pelo cano e saindo pelo cano. Mas os perigosos de São Paulo lá estavam. E, em São Paulo, foi preso gente de suma



periculosidade dessa facção. Para concluir, que eu sei que muitos deverão fazer uso da palavra depois — e eu me coloco à disposição dos Srs. Parlamentares —, eu sempre fico me perguntando, Sr. Presidente, onde o Estado vem falhando. A Polícia Civil e a Polícia Militar de São Paulo, nessa árdua missão deles, em que vêm trabalhando, já conseguiram prender 90% dos líderes dessa facção. Noventa por cento estão presos. Onde o Estado está falhando? Até onde fica o ônus de reprimir essa facção só em cima da polícia? Ou seja, é a eterna confusão: segurança pública não se confunde com polícia, mas nós vimos confundindo. Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, eu não sei se houve inscritos agora para falar hoje — pergunto à Secretaria. Não houve inscritos para falar hoje. Então, deixa eu explicar. Eu sei que o ano é um ano complicado, porque é um ano eleitoral. Então, todo mundo pisa em ovos quando vai falar para não comprometer o lado A, B ou C. Mas quero explicar que esta CPI tem convivido muito bem, tanto é que o Presidente é do PFL e o Relator é do PT. E temos convivido muito bem por quê? Porque a gente tenta deixar a política de lado nessa questão e fazer uma coisa global, sem entrar lados políticos no debate. Onde começa a entrar o lado político aí é complicado; uns querem dizer que fizeram mais; outros que fizeram menos, outros que... Então, o objetivo fundamental — e isso eu queria falar com todos aqui hoje —, eu acho que hoje é só para a gente poder se conscientizar do que é. Eu acho que o trabalho mesmo vai ser amanhã, às 9h, no Plenário 9, que é esse ao lado aqui. Então, 9h a gente vai se reunir. Mas qual é o objetivo fundamental? Primeiro, claro que toda essa evolução que nós vimos aqui é importante, é boa, o treinamento é espetacular, mas a dificuldade que nós vimos foi outra. Por exemplo, nós temos aí a polícia de São Paulo, com vários braços, e o Ministério Público de São Paulo. Primeiro, eu acho que tem que envolver nessa luta polícia, Ministério Público e Judiciário. Nós não podemos fazer sozinhos. Qualquer um que quiser fazer isso sozinho não vai para canto nenhum. Então, tem que haver essa integração, e o nosso objetivo é que isso aconteça. Tanto é que nós colocamos até para o Judiciário a importância de criar Varas especializadas de combate ao crime organizado, justamente para ter aquele juiz que fica mais perto da investigação e facilita a investigação. Nós sabemos que o princípio da oportunidade é fundamental na investigação. Perdeu o princípio da oportunidade, perde muitas



vezes a investigação inteira. E muitas vezes a burocracia nesse nosso sistema atrapalha muito isso. Então, nós estamos vendo formas de vencer essa burocracia. Eu acho que quanto mais integrado estiverem Judiciário, Ministério Público e polícia, mais essa burocracia vai estar azeitada, de modo a que ela não possibilite essas falhas de continuidade que acontecem. Então, o que nós pretendemos, só para terem uma idéia, para na reunião de amanhã já terem uma idéia, é que eu acho que tem que ter uma frente ampla de combate ao PCC; objetivamente, hoje, de combate ao PCC. Eu acho que nós temos que... para tornar bem objetivo, senão a gente abre muito para crime organizado, aí vem facção daqui, facção dali. Eu acho que tem uma organização, hoje, que é importante, que tem-se desenvolvido no País todo, e essa organização é o PCC. Então, o objetivo fundamental é abafarmos essa organização em todos os Estados brasileiros, onde ela está tentando se estabelecer ou naqueles em que já esteja estabelecida. Do que nós precisamos? Precisamos de uma integração de informações. Eu acho que, por exemplo, São Paulo é uma fonte de informações de... por exemplo, vários telefones de outros Estados que foram... e que, muitas vezes, nós não estamos tendo essa troca de informação total. Pelo menos, as autoridades que vieram à CPI disseram que essa troca de informações não está acontecendo. Então, o objetivo é que haja essa troca de informações, cada um dizendo quais são os membros do PCC, por exemplo, em Pernambuco. Os membros do PCC, em Pernambuco, são fulano, beltrano, sicrano. Então, vamos fazer qual a ligação deles com membros de outros Estados. Agora, tudo isso vai precisar de quê? Enquanto a CPI existir, nós poderíamos, inclusive, na reunião de amanhã, já até decretarmos quebras de sigilos telefônicos com base em informações consistentes que viessem dos senhores. Nós poderíamos já pedir, de imediato, as quebras de sigilos fiscal, telefônico, de modo que já pudessem, depois, ser transferidos esses sigilos para as autoridades competentes, para que pudessem fazê-las imediatamente. Mas queremos, também, que nessa integração processual isso aconteça. Muitas vezes nós temos que fazer operações simultâneas em todo o País. Quer dizer, nós vamos precisar estourar um foco do PCC, em São Paulo; outro, no Paraná; outro, em Pernambuco; outro, no Espírito Santo; outro, no Mato Grosso, e isso de forma simultânea. Como nós vamos fazer isso acontecer? Então, eu acho que, objetivamente, essas são as idéias que nós temos que trazer, amanhã. Eu estou fazendo, assim, um esqueleto de idéias. Nada impede alguma outra idéia



aqui. É só para os senhores terem uma idéia do que nós pretendemos fazer amanhã, pela manhã. Nós temos que fazer um rastreamento de recursos. Rastreamento de recursos vai passar por quebra de sigilo. Então, nós temos que saber o contato de A, B ou C com D, E e F no outro Estado. Não é o DF do Secretário. *(Risos.)* Mas eu quero que entendam isso: muito mais do que discutir políticas do futuro é fazer uma frente ampla com aquilo que nós temos para enfrentar agora, o PCC, e tentar sufocar. A eleição passa, e a organização criminosa vai continuar. E é isso que nós não queremos. Queremos que possamos, num espaço curto de tempo, fazer uma operação nesse sentido, sem que se botem na frente as limitações que todos têm, uns mais, outros menos; todos têm limitações. Mas que tragam para cá aquilo que seja objetivo e prático. Quer dizer, hoje nós fizemos uma preliminar, aqui, e falamos, genericamente, das coisas. Amanhã, tem que ser uma ação objetiva. No meu Estado, os representantes do PCC são estes aqui. É uma reunião reservada, vamos botar tudo na mesa, vamos fazer uma central de informações nesse sentido e vamos ver que relação esses representantes têm com os representantes de outros Estados, de onde podem vir recursos para suprir. É aquele famoso que a gente chamava, antigamente, o “bolotário”, fazer aquele famoso “bolotário”. Quer dizer, hoje o computador faz, a gente não faz à mão. O *(ininteligível)* até lembrou desse negócio de “bolotário”. Quando eu entrei na polícia, a primeira coisa que me falaram foi: “*Tu começa uma investigação e fazes o bolotário*”. Agora, o computador faz isso para nós. Mas nós temos que suprir isso e temos que ter essa central, de alguma forma, para que possamos detonar operações simultâneas no País inteiro. Da mesma forma que esteja acontecendo operação em São Paulo, sufocando lá, que no Paraná, no Mato Grosso, na Bahia, no Espírito Santo, em Minas Gerais, nós possamos, também, estar deflagrando, de modo que a gente comece a abafar essa operação. Então, eu gostaria que, amanhã, todas as sugestões fossem extremamente práticas nesse sentido. E eu gostaria de ouvir todos. Eu acho que nós temos, às 9h... podemos parar para o almoço e continuar, depois, sem problema. Temos o dia inteiro amanhã. E sair, amanhã, com uma rotina — claro que não vamos fazer tudo amanhã —, mas com uma rotina dos senhores. E aí a gente vê, depois, com Ministério da Justiça, ABIN, onde nós poderíamos ter essa rotina, de modo que pudéssemos, então, deflagrar várias operações, de modo a sufocar essa organização criminosa.



Não sei se tem alguma dúvida cada um. O Dr. Raufi Antonio Jaccoud Marques, da Secretaria de Justiça e Segurança do Estado de Mato Grosso do Sul, gostaria de falar. Por favor, doutor, pode falar.

O SR. RAUFI ANTONIO JACCOUD MARQUES - Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan, Sr. Secretário Luís Fernando, em nome de quem cumprimento toda a Mesa, o Mato Grosso do Sul, o nosso Estado, deve ter sido o Estado que recebeu o maior impacto das rebeliões acontecidas no último 14 de maio. A consequência dos atos nas penitenciárias de São Paulo se refletiu imediatamente no nosso Estado. Era importante... E me coloquei para falar, porque, apesar da situação inusitada, foi pelas experiências exercitadas nesse período que nós conseguimos resolver os nossos problemas na questão das rebeliões e da segurança do Estado. O Mato Grosso do Sul é um Estado pequeno, com população de 2 milhões de habitantes, com força policial boa, mas, como todas, precisando que se otimize. É este o trabalho que temos feito lá. Mas se não fosse o trabalho de integração que tivemos com o Governo Federal, com os Municípios, com as suas pequenas bases municipais, nós não teríamos, hoje, o resultado que nós obtivemos. No Estado de São Paulo, com um impacto muito maior e com uma magnitude fora muros muito grande — assassinatos, atentados a servidores públicos —, no Mato Grosso do Sul, apesar de termos uma estrutura menor, houve um trabalho de unidade, desde o primeiro momento. O Gabinete de Gestão Integrada, que faz parte do Plano Nacional de Segurança Pública, do qual nós somos adeptos já há mais de 1 ano, funcionou plenamente. Lá, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal e o Judiciário foram parceiros inconteste nessa gestão da crise. Foi fundamental isso. Esse é o modelo que acho que tem que estar na pauta da nossa discussão, para que a gente, amanhã, possa começar a encaminhar algumas coisas em termos de unidade nacional de segurança pública. As instituições... O senhor dizia sobre a questão da segurança. As instituições responsáveis pela segurança pública, pelo sistema carcerário, ou trabalham juntas ou não resolvemos uma demanda, que é de ano. Aí, estamos imputando culpa aqui a ninguém, mas a nós mesmos. No Mato Grosso do Sul, o nosso sistema carcerário tem 3 vezes mais presos que o volume de vagas disponível. Mas trabalhamos pela ressocialização, trabalhamos na questão da educação. Mesmo assim, o impacto do Comando de São Paulo refletiu no Mato Grosso do Sul. Uma segunda situação que eu queria colocar e que amanhã nós



queremos também discutir, é a tratativa, pela Câmara Federal, pelo Senado Federal, em relação aos Estados fronteiriços. O meu Estado, o nosso Estado, tem 2 mil quilômetros de fronteira. É humanamente impossível. A gente, mesmo com todo o trabalho que a Polícia Federal tem lá, com o seu contingente... nós estarmos trabalhando sem ter uma diferenciação de política de segurança pública, principalmente contra o narcotráfico e o tráfico de armas... As 2 apreensões que o senhor citou foram feitas na cidade de Pedro Juan Caballero. Lá, Pedro Juan, é uma cidade central. Eles não foram presos em Capitán Bado, lá no interior. Eles estão numa cidade, vizinhos, aliás, de uma das maiores cidades do Mato Grosso do Sul. O senhor imagine a petulância desse povo. E, aí, o meu Estado, com um sistema viário, graças a Deus, extraordinário, com aeroportos compatíveis, acaba estimulando e facilitando esse tráfico e trazendo esses problemas, também, para o meu Estado. Então, é importante que os Estados fronteiriços... e no caso o nosso, é um dos que mais apreende — a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar, a Civil. Nós temos lá o Departamento de Operações de Fronteiras, que montamos, 20 anos atrás, por conta do crime organizado na fronteira e do contrabando, onde os traficantes e os contrabandistas criavam verdadeiras milícias, e aí o povo ficava em casa, com medo dos barões do tráfico, lá naquelas cidades. E esses departamentos, essas polícias e a Polícia Federal... São estatísticas que os senhores podem comprovar. O Mato Grosso do Sul tem a maior apreensão de drogas do Brasil. Então, eu queria aqui, como Secretário de Segurança Pública, antes de mais nada, evidentemente, reconhecer que se não fosse o apoio do Governo Federal, da Polícia Federal, das inteligências que trabalham integradas, inclusive do Exército Brasileiro, nós não teríamos, durante esse período, proporcionado esses resultados que nós proporcionamos lá. Recentemente, tivemos lá a detenção de uma advogada. Tivemos lá, infelizmente, a detenção de um policial militar do Mato Grosso do Sul e de vários outros integrantes desta facção. Foi um trabalho de serviço de inteligência integrado, sem dar um só tiro, prendendo esse povo todo. Então, amanhã, eu queria colocar essa situação de uma tratativa diferenciada não para o meu Estado, mas para os Estados fronteiriços. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, eu acho que isso é importante.



Eu volto a dizer: todas essas iniciativas nós vamos compilar. Depois, tudo está sendo gravado e vai haver a degravação. Eu posso, depois, mandar para os senhores essa degravação. Agora vamos ter essa parte genérica, que eu acho interessante, mas, volto a frisar, eu gostaria de ter a parte específica. Eu gostaria que nós pudéssemos determinar, sair amanhã com ações específicas, que pudéssemos fazer, em todo o Brasil, de combate simultâneo a essa organização criminosa. Quer dizer, isso, para mim, seria vital que acontecesse. Então, as sugestões nesse sentido seriam importantes. Essas experiências, sem dúvida, compartilhadas, são boas, mas nós temos que nos tornar, amanhã, também, objetivos. Quer dizer, quem são os membros do PCC? Que tipo de ação eles podem fazer? Que tipo de logística eles têm no meu Estado? Que tipo de contato isso pode ter com outros membros do PCC, de outros Estados? Que tipo de ação simultânea, com base inclusive no apoio processual, nós podemos fazer, imediatamente, para começar uma ação nesse sentido? Quer dizer, claro que todo o resto vai ser importante. Como eu disse, todo esse preparo, toda essa logística policial, toda essa inteligência policial é importante para o enfrentamento do crime organizado, porque nós vamos debelar um e vai nascer outro. Talvez tenha um espaço, pelo menos para nos dar a folga entre morrer um e nascer outro. Mas, objetivamente, amanhã seria uma frente ampla para a gente começar a detonar ações em cima do PCC no Brasil todo.

Eu agradeço a presença de todos os senhores e quero dizer que nós ficamos muito honrados com todas as presenças aqui: do Diretor da ABIN; do Dr. Geraldo; do nosso companheiro aqui de CPI, Luís Fernando, que já tem sido um companheiro, há algum tempo, da CPI, sempre apoiando; da Polícia Federal; das polícias; do Ministério Público; e do Judiciário, que nos tem apoiado como um todo.

Às 9h da manhã, no Plenário 9, estaremos aqui todos reunidos, então. E já sabem, mais ou menos, o que a gente espera.

Muito obrigado a todos os senhores.

Dou por encerrada essa sessão.